

## OS JARDINS COMO OBRA DE ARTE NO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XIX

Carlos Gonçalves Terra

Neste trabalho, trata-se o jardim como uma obra do âmbito das artes visuais voltadas para a fruição do olhar, embora sua apreciação possa se dar por outros sentidos. Adaptados ao modo de vida local, eles procuram estimular a nossa sensibilidade para a fruição da natureza.

Assim como a arquitetura, um jardim é uma organização do espaço baseada em princípios estéticos e funcionais, estruturada em um projeto que, no seu aspecto original, constitui material para o historiador da arte estudar obras que não existem mais ou que foram alteradas no decorrer do tempo.

No Brasil, não se pode falar em tradição na elaboração de jardins: a preocupação em criá-los nasceu no final do século XVIII, e essa prática se tornou mais frequente apenas no século passado, sobretudo após a chegada da família real portuguesa. A partir de então, começou a transformação da paisagem natural, com soluções emprestadas aos países em que havia uma tradição significativa dessa arte.

O Rio de Janeiro sempre se apresentou, para os que aqui chegavam, como um imenso “jardim das delícias”, cujas belezas naturais eram constantemente assinaladas pelos historiadores e cronistas. O poeta inglês Richard Flecknoe, que aportou na Baía de Guanabara em 1649, comentou que, logo ao adentrar a baía, “deparamos com a mais sedutora paisagem do mundo”<sup>1</sup>.

Mas o século XIX é que se afigura como um dos períodos mais importantes para se estudar a relação com a natureza, uma vez que nele se esboçaram novas mentalidades e novos citadinos delas decorrentes. Um dos aspectos dessa dinâmica era a incorporação de grandes áreas verdes<sup>2</sup> e de espaços verdes menores, o que conduzia a uma nova concepção de intercâmbio entre cidade e natureza, reveladora de uma estrutura espacial estratificada conforme o uso que dela faziam os diversos grupos sociais.

Essa forma de ver a cidade ensejou outros hábitos na população, ávida pelo convívio ao ar livre. Surgiu, então, o gosto pela rua. É evidente que isso se deveu, em grande medida, às reformas urbanas empreendidas nesse período, assunto amplamente debatido por Sonia Gomes Pereira em sua tese de doutorado.<sup>3</sup>

Junto ao crescimento ordenado da cidade, expandida em diversas direções, havia a preocupação com a higienização, que se deu com o investimento em grandes empreendimentos: áreas insalubres foram transformadas em espaços urbanizados, integrando as referidas áreas verdes. Como lembra Mauricio Abreu, houve

1. Richard Flecknoe, *apud* Jean Marcel Carvalho França, *Visões do Rio de Janeiro Colonial* (Antologia de Textos. 1531-1800), Rio de Janeiro, UERJ, 1999, p. 35.

2. Entenda-se por “áreas verdes” e/ou “espaços verdes” os jardins, as praças e os parques.

3. Sonia Gomes Pereira, *A Reforma Urbana de Pereira Passos e a construção da identidade carioca*, Rio de Janeiro, EBA/UFRJ, 1996.



(...) o alargamento e retificação de várias ruas e a abertura de novas praças e ruas com o fim de melhorar suas condições higiênicas e de facilitar a circulação entre seus diversos pontos dando, ao mesmo tempo, mais beleza e harmonia às suas construções (devendo as ruas e praças ficar) dispostas de modo que a ventilação das casas e o escoamento das águas pluviais sejam feitos com facilidade.<sup>4</sup>

Em 1870, o advento do bonde promoveu a mudança fundamental para essa nova mentalidade e, portanto, para o movimento de apropriação do espaço público. Aos grandes espaços naturais, somaram-se as novas residências e as regiões de lazer menores – tudo ampliava a cidade. Ainda nas palavras de Maurício Abreu, “os usos e classes nobres tomam a direção dos bairros servidos pelos bondes”<sup>5</sup>.

Também Noronha Santos registrou essa transformação:

Bons prédios, de apurado gosto, têm sido, de 1870 para cá, construídos nas ruas servidas pelos bondes das Companhias de São Cristóvão e Vila Isabel, dando novo aspecto à freguesia que, antes daquela data, só possuía casas de recreio e de campo, nas terras das fazendas e sítios, em que foram abertos os logradouros públicos que hoje vão ter à Tijuca, no Andaraí e Vila Isabel. Tantos são os prédios e belas construções, espalhados por vários pontos de Engenho Velho, nas chácaras e jardins de vegetação luxuriante, que difícil, senão impossível, é a tarefa de quem se propuser a colher dados sobre as melhores edificações que existem no território desta freguesia.<sup>6</sup>

Deve-se levar em conta, ainda, a abertura de novas avenidas e a incorporação do elemento verde nas existentes, embora esse fato mereça análise que detalhe e esclareça tanto seus aspectos de mera transposição dos modelos europeus, quanto aqueles relativos às reais necessidades dos próprios projetos. Talvez tenha ocorrido, num primeiro momento, apenas a simples arborização das vias do tecido urbano, avenidas principais ou ruas secundárias. Também é preciso encontrar resposta para o tipo de vegetação usado e verificar quais modelos europeus foram aplicados nos diversos logradouros, alterados posteriormente em reformas como a empreendida por Pereira Passos. As praças ajardinadas atendiam a uma demanda da população, configurada, ao fim e ao cabo, nos grandes jardins públicos que são ainda hoje o orgulho de algumas cidades.

A única certeza que se tem sobre esse processo é a de que Auguste-François-Marie Glaziou nele interferiu diretamente. Tendo chegado ao Brasil em 1858, convidado por D. Pedro II a ocupar o cargo de Diretor Geral de Matas e Jardins, impôs sua marca em vários espaços, inovando num contexto de padrões anteriormente estabelecidos.

Com base nos estudos feitos a partir de suas obras, pode-se afirmar sua importância para a cultura brasileira do século passado, principalmente no que concerne à valorização da flora autóctone. A análise dos projetos, apoiada por visitas aos logradouros

4. Maurício Abreu, *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, IPLANRIO, 1988, p. 49.

5. *Idem*, p. 37.

6. Noronha Santos, *apud* Maurício Abreu, *op. cit.*, p. 45.



ainda existentes e por consultas aos autores que abordaram o período, permitiu a constatação de que Glaziou, além de incorporar ensinamentos dos mestres franceses – Adolphe Alphand entre eles –, baseou seus trabalhos na concepção do jardim paisagista do século XIX: a solução inglesa. Mas ele também usou plantas brasileiras associadas às de origem estrangeira – algumas delas importadas especialmente para seus projetos –, fazendo com que os espaços assim organizados fossem verdadeiros “paraísos” para a população do Rio de Janeiro, até então com poucas áreas verdes incorporadas.

Entre os jardins elaborados por Glaziou, com características inglesas bem definidas, estão a reforma do Passeio Público, o Campo de Santana (fig. 1 e fig. 2) e o Parque da Quinta da Boa Vista. Tais projetos podem ser considerados verdadeiras obras de arte e auxiliam o historiador na leitura formal das áreas verdes inseridas no contexto urbano. Todos esses espaços, com suas linhas sinuosas, contemplam, dentre outros elementos, pontes imitando troncos de árvores, lagos, ruínas, grutas e quiosques. Os jardins públicos menores, hoje alterados ou suprimidos, eram pontos de referência para os cariocas e os estrangeiros que aqui chegavam. Dentre eles, podem ser citados o da Praça XV e o da Praça Tiradentes.

Ao lado da figura expressiva de Auguste-François-Marie Glaziou, outros nomes apareceram também: John Tyndale, Jean-Baptiste Binot e Arsenio Puttemans – pouco mencionados na literatura especializada. É provável que outros nomes tenham interferido na paisagem brasileira – que tanto encantava –, fosse para estudar a flora e a fauna, coletar espécies vegetais ou, simplesmente, para conhecer uma outra cultura.

Tyndale merece estudos mais acurados sobre sua procedência, o período de sua atuação no Brasil e suas obras mais significativas. Dentre os jardins existentes no Rio de Janeiro, a ele atribui-se o do Parque Lage. O botânico Binot, citado como autor da solução utilizada no Parque do Palácio Imperial de Petrópolis, também requer estudos mais profundos, além do paisagista Arsenio Puttemans, que se destaca pela elaboração do Campo de São Bento, em Niterói.

Cabe, aqui, um destaque especial a esse projeto, pela importância que representa para a malha urbana de Niterói, capital do Estado do Rio de Janeiro entre 1835 e 1975<sup>7</sup>. Ele é um exemplo significativo dos jardins característicos do século XIX. Apesar de ter sofrido pequenos danos, ainda permite a análise de suas formas originais, pois manteve-se praticamente a concepção original, definida no século XIX (em 1882) e concretizada apenas no século XX.

Depois de um longo período de esquecimento sofrido pela cidade, o Prefeito João Pereira Ferraz, em 1907, trouxe uma equipe notável de mestres da Escola Politécnica de São Paulo para elaborar um projeto global de urbanização, saneamento e embelezamento de Niterói, no qual estava incluído o Campo de São Bento. Coube ao arquiteto paisagista Arsenio Puttemans seu planejamento, tendo sido as obras de saneamento realizadas pela empresa Hargreaves & Cia.

7. Exceto no período compreendido entre 1894 e 1903.



Puttemans deu ao Campo uma aparência bem próxima da atual, com seus gramados e suas alamedas margeadas por arbustos e flores, além das pontes de cimento moldadas à semelhança de galhos de árvores. Com características inglesas, o jardim apresenta caminhos sinuosos, coreto e lago com ponte e mirante – o que confere ao lugar um aspecto romântico.

Como se vê, essas obras, seus processos de implementação e a própria atitude dos paisagistas neles envolvidos confirmam a importância das áreas verdes nas transformações sofridas pela cidade do Rio de Janeiro no século XIX, cujas linhas fundamentais se prolongaram pelo início do século XX.

Lamentavelmente, constata-se que, da maioria desses espaços, só nos resta a memória de um registro visual que nem sempre se ajusta aos textos criados pela imaginação dos autores que deles trataram. Sobraram-nos, em alguns casos, os projetos. E, diante desses documentos, a capacidade de imaginar trabalha para recuperar, de algum modo, o que existiu.

